



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO,
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE e
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2025

TRANSENERGIA RENOVÁVEL S. A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

CARTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação da Assembleia de Acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

A **Transenergia Renovável S.A.** reafirma seu compromisso com a excelência na implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão sob sua responsabilidade, bem como agradece a colaboração dos seus Acionistas, Membros do Conselho de Administração, Colaboradores, Fornecedores, Financiadores e Órgãos Reguladores e Governamentais.

Conselho de Administração

1. HISTÓRICO

A **Transenergia Renovável S.A.**, constituída em 18 de dezembro de 2008, é uma sociedade por ações de capital fechado, seus propósitos são específicos (SPE), atuando no setor de transmissão de energia elétrica é responsável pela construção, operação e manutenção das instalações sob sua concessão na Região Centro-Oeste do Brasil, nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

O controle acionário da Companhia é exercido pela Gebbras Participações Ltda., controlada pelo Grupo Energia Bogotá, com 51% de participação, e pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras (AXIA Energia), com 49%.

Em 23 de abril de 2009, a Companhia assinou com a União Federal, por meio da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, o Contrato de Concessão nº 009/2009 – ANEEL, com prazo de concessão de 30 anos para a Rede Básica. A conclusão da implantação e a operação comercial das instalações vinculadas ao seu contrato de concessão ocorreu entre abril de 2011 e maio de 2013.

Em cumprimento ao Despacho n°. 1.355/2021, a Companhia celebrou o 5° Termo Aditivo ao Contrato de Concessão n°. 009/2009, cujo objetivo é formalizar recomposição do prazo da concessão, mediante o acréscimo de 399 (trezentos e noventa e nove) dias ao prazo da concessão, alterando o seu término para 26 de maio de 2040. Em conformidade com o referido Despacho, a ANEEL, por meio do Ofício Circular 09/2023-SCT/ANEEL, determinou que os 10 (dez) Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão – CCTs, que versam sobre as ICGs e IEGs sob a concessão da Companhia, fossem prorrogados por igual período, com o objetivo de alterar a data de término de 30 de junho de 2025 para 04 de agosto de 2026.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados Econômico-financeiros	2025	2024
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	56.807	55.693
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	46.405	45.927
Resultado Financeiro (R\$ mil)	(2.015)	(6.050)
Lucro Líquido do Exercício (R\$ mil)	18.482	15.032
Ativo Total (R\$ mil)	296.932	336.520
Dívida Bruta (R\$ mil)	67.543	79.100
Dívida Líquida (R\$ mil) (*)	26.183	31.428
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	201.397	218.734

* Dívida Líquida de Disponibilidades e Aplicações Financeiras

3. ENDIVIDAMENTO

	Taxa anual de juros	31/12/2025	31/12/2024
	IPCA + 6,0405% a.a.		
Debêntures – 1ª emissão		67.543	79.100
Circulante		10.301	19.543
Não circulante		57.242	59.557

4. CAPITAL SOCIAL

O capital subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 158.600.000,00 (cento e cinquenta e oito milhões e seiscentos mil reais), representado por 220.600.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

5. AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº. 23/21, destacamos que a Companhia mantém contrato de auditoria externa com a **Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.** para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informativos contábeis para atendimento às exigências regulatórias da ANEEL.

A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2025

Conselho de Administração	
Fernando Augusto Rojas Pinto	Presidente Conselho
Rebecca Oliveira Xavier Santos	Vice-Presidente Conselho
Diego Alejandro Forero Beltran	Conselheiro Titular
Alan da Rocha Mattos	Conselheiro Titular
Juan Jacobo Rodriguez Gaviria	Conselheiro Suplente
Gustavo Loureiro Chagas	Conselheiro Suplente
Miguel Angel Tojas Torres	Conselheiro Suplente
Marcelo Rezende de Magalhães Gomes	Conselheiro Suplente

Diretoria	
Gersino Saragosa Guerra	Diretor Administrativo Financeiro
Antonio Costa e Costa	Diretor Técnico

Demonstrações financeiras

Transenergia Renovável S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Transenergia Renovável S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanços patrimoniais.....	6
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto.....	10
Demonstrações do valor adicionado.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	12



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas da
Transenergia Renovável S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Transenergia Renovável S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.



Shape the future
with confidence

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota explicativa 3.e às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa como contraprestação da obrigação de performance de construção. Conforme divulgado na nota explicativa 7, em 31 de dezembro de 2025, o saldo do ativo de contrato da Companhia era de R\$ 243.791 mil. O ativo de contrato refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência do serviço de construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo custo incorridos, margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita financeira pela remuneração dos ativos de contrato.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de construção da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente, requer o exercício de julgamento significativo, uma vez que a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperada bem como as projeções das receitas esperadas, o que requer estimativas do tempo de duração da fase de construção. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; (ii) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo de contrato; (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção e dos custos incorridos, para projetos de reforços da infraestrutura existente; (iv) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (v) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica; e (viii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo de contrato da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo de contrato e das respectivas receitas, assim como as divulgações nas notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 31 de janeiro de 2025 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.



**Shape the future
with confidence**

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 6 de fevereiro de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O

Transenergia Renovável S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	33.794	33.741
Concessionárias e permissionárias	6	9.310	8.646
Ativo de contrato	7	45.749	60.884
Outros créditos		1.733	810
Total do ativo circulante		90.586	104.081
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras vinculadas (caixa restrito)	5	7.566	13.931
Ativo de contrato	7	198.042	217.734
Depósitos judiciais		410	422
		206.018	232.087
Imobilizado			
		328	352
Total do ativo não circulante		206.346	232.439
Total do ativo			
		296.932	336.520
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		426	1.770
Debêntures	9	10.301	19.543
Impostos correntes a pagar		2.265	1.605
Dividendos a pagar	8.b	4.389	3.570
Outras contas a pagar	10	5.560	5.304
Total do passivo circulante		22.941	31.792
Não circulante			
Debêntures	9	57.242	59.557
Provisão para contingências	11	118	963
Tributos diferidos	12	15.234	25.474
Total do passivo não circulante		72.594	85.994
Patrimônio Líquido			
Capital social	13.a	158.600	158.600
Reserva de lucros	13.b	42.797	60.134
Total do patrimônio líquido		201.397	218.734
Total do passivo e do patrimônio líquido			
		296.932	336.520

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transenergia Renovável S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto o resultado por ação)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Receita de operação e manutenção líquida	14	12.861	12.025
Remuneração financeira do ativo de concessão líquida	14	33.544	33.902
Receita operacional líquida		46.405	45.927
Custos de operação e manutenção	15	(13.912)	(14.796)
Lucro bruto		32.493	31.131
Despesas gerais e administrativas			
Remuneração do pessoal		(351)	(241)
Remuneração dos administradores	8.a	(1.053)	(982)
Serviços de terceiros		(879)	(834)
Outras despesas administrativas		(228)	(285)
Total das despesas gerais e administrativas	16	(2.511)	(2.342)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		29.982	28.789
Receitas financeiras	17	6.599	4.767
Despesas financeiras	17	(8.614)	(10.817)
Resultado financeiro		(2.015)	(6.050)
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social		27.967	22.739
Imposto de renda e contribuição social - correntes	18	(16.503)	(13.617)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	18	7.018	5.910
Lucro líquido do exercício		18.482	15.032

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transenergia Renovável S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	18.482	15.032
Total do resultado abrangente do exercício	<u>18.482</u>	<u>15.032</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transenergia Renovável S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2023		158.600	8.885	39.787	-	207.272
Lucro líquido do exercício		-	-	-	15.032	15.032
Destinação do resultado do exercício						
Constituição reserva legal		-	752	-	(752)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(3.570)	(3.570)
Constituição reserva de retenção de lucros		-	-	10.710	(10.710)	-
Em 31 de dezembro de 2024		158.600	9.637	50.497	-	218.734
Distribuição de dividendos adicionais		-	-	(31.430)	-	(31.430)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	18.482	18.482
Destinação do resultado do exercício						
Constituição reserva legal		-	924	-	(924)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13.b	-	-	-	(4.389)	(4.389)
Constituição reserva de retenção de lucros	13.b	-	-	13.169	(13.169)	-
Em 31 de dezembro de 2025	13.a	158.600	10.561	32.236	-	201.397

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transenergia Renovável S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		18.482	15.032
Ajustes para reconciliar o lucro líquido:			
PIS e COFINS diferidos		(3.222)	(3.125)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(7.018)	(5.910)
Juros, variação monetária e custo de transação sobre debêntures	9.a	8.342	10.499
Depreciação	16	38	37
Remuneração do ativo de contrato	7	(30.322)	(30.778)
Provisão para contingências		(845)	963
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Ativo de contrato	7	65.149	64.564
Concessionárias e permissionárias		(664)	665
Outros créditos		(923)	628
Depósitos judiciais		12	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(1.344)	689
Impostos correntes a pagar		15.082	12.701
Outras contas a pagar		256	1.259
		63.023	67.224
Pagamento de debêntures - juros	9.a	(4.671)	(5.704)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(14.422)	(12.976)
Fluxo de caixa líquido originado pelas atividades operacionais		43.930	48.544
Atividades de investimento			
Imobilizado		(14)	(14)
Aplicações financeiras vinculadas (caixa restrito)		6.365	(1.264)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de investimento		6.351	(1.278)
Atividades de financiamento			
Pagamento de debêntures - principal	9.a	(15.228)	(20.892)
Dividendos pagos	13.c	(35.000)	(12.321)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		(50.228)	(33.213)
Variação em caixa e equivalentes de caixa		53	14.053
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		33.741	19.688
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		33.794	33.741
Variação em caixa e equivalentes de caixa		53	14.053

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transenergia Renovável S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas		
Receitas relativas à operação e manutenção	26.485	24.915
Receitas relativas à remuneração do ativo de contrato	30.322	30.778
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros referente à operação	(14.431)	(15.360)
Valor adicionado bruto	42.376	40.333
Depreciação e amortização	(38)	(37)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	42.338	40.296
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	6.599	4.767
Valor adicionado total a distribuir	48.937	45.063
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	1.781	1.549
Remunerações	427	305
Férias e 13º Salário	83	75
Encargos sociais (Exceto INSS)	37	33
Benefícios	181	154
Administradores	1.053	982
Impostos, taxas e contribuições	20.060	17.665
INSS (Sobre folha de pagamento)	128	102
ICMS	36	65
PIS/COFINS s/faturamento	5.256	5.152
Tributos sobre o lucro	9.485	7.707
Obrigações intrasetoriais	5.146	4.614
Outros	9	25
Remuneração de capitais de terceiros	8.614	10.817
Encargos de dívida e variação monetária	8.123	10.327
Outras	491	490
Remuneração de capitais próprios	18.482	15.032
Lucro retido do exercício	14.093	11.462
Dividendos	4.389	3.570
Valor adicionado distribuído	48.937	45.063

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transenergia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Transenergia Renovável S.A. (“TER” ou “Companhia”), sediada na cidade do Rio de Janeiro, foi constituída em 18 de dezembro de 2008 sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, criada pelo Consórcio Transenergia Renovável, atualmente formado por Gebbras Participações Ltda, controlada pelo Grupo Energia Bogotá, com 51%, e pela Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras (Axia Energia) com 49%, e vencedora do Lote C do Leilão nº 008/2008 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 009/2009 - ANEEL.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela construção, pela operação e pela manutenção de linhas de transmissão e subestações localizadas nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com o objetivo de escoar a energia excedente dos processos de cogeração de sete usinas de açúcar e álcool presentes na região.

1.2. Da concessão

No dia 23 de abril de 2009, a Companhia assinou com a União Federal, por meio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, o Contrato de Concessão nº 009/2009 - ANEEL - Instalação de Transmissão de Rede Básica, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão de energia elétrica, que se encontram em operação e estão distribuídas em áreas dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul:

- (i) LT 230 kV CD Chapadão - Jataí com 138 km e LT Morro Vermelho - Alto Taquari com 30 km, localizadas nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul;
- (ii) LT 230 kV CS Barra dos Coqueiros - Quirinópolis com 52 km, localizada no Estado de Goiás;
- (iii) LT 230 kV CS Palmeiras - Edeia com 59 km, localizada no Estado de Goiás;
- (iv) Implantação e ampliação das subestações associadas, localizadas nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e;
- (v) Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo das Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG) e Instalações de Interesse Exclusivo e Caráter Individual das Centrais de Geração (IEG), referentes à LT Chapadão - Jataí; à LT Morro Vermelho - Alto Taquari; e à LT Edeia - Tropical Bioenergia I.

Transenergia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As instalações acima entraram em operação comercial nas seguintes datas: LT Chapadão - Jataí entrou em operação em dezembro de 2012, LT Morro Vermelho - Alto Taquari entrou em operação em março de 2013, LT Barra dos Coqueiros - Quirinópolis entrou em operação em abril de 2011 e a LT Palmeiras - Edéia entrou em operação parcial em fevereiro de 2012 e total em maio de 2013. Os equipamentos e as instalações relativos a ICG e IEG deverão ser transferidos, sem ônus, à concessionária de distribuição local, exceto os transformadores integrantes das ICG e suas conexões. Após a transferência dos ativos ICG e IEG, a Companhia deverá assinar o Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT) relativos aos pontos de conexão com a rede básica com a concessionária de distribuição em substituição aos CCT pactuados entre a Companhia e as centrais de geração.

A prestação do serviço público de transmissão ocorre mediante o pagamento à Companhia da Receita Anual Permitida (RAP) a ser auferida a partir da data de disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial. Conforme a última Resolução Homologatória nº 3.481/2025, emitida pela ANEEL, o valor anual definido para a RAP, no ciclo tarifário julho/2025 a junho/2026, é de R\$90.687 (R\$86.106 no ciclo julho/2024 a junho/2025), incluindo as contribuições reembolsáveis (PIS, COFINS, RGR e TFSEE). Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) considerando o número índice do mês de maio, nos termos da cláusula sexta do contrato de concessão. Além disso, a ANEEL procederá à Revisão Tarifária Periódica - RTP da RAP, nos termos da cláusula sétima do Contrato de Concessão, em intervalos de cinco anos durante o período de concessão, no 5º, 10º e 15º ano, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão onde será revisado o custo de capital de terceiros, sendo que a revisão tarifária periódica do 15º ano ocorreu em julho de 2024.

Quando do encerramento do recebimento da RAP referente às ICG e IEG, os valores considerados nos fluxos de caixa futuros serão reduzidos em 69%, conseqüentemente a RAP representará R\$28.024 do valor total atual definido pela ANEEL.

Conforme previsto no Contrato de Concessão, o atraso na construção das linhas de transmissão incorrido por ocorrências não imputáveis à transmissora não resulta em penalidades por parte das autoridades reguladoras à concessionária. Nesse sentido, a Companhia formalizou o pleito de alteração do cronograma de implantação do empreendimento, por entender que o atraso no término das obras se deu por situações não imputáveis à transmissora. Por meio do Despacho nº. 1.355/2021, a ANEEL decidiu por dar parcial provimento ao requerimento protocolado pela Companhia, aprovando a recomposição do prazo de concessão em 399 (trezentos e noventa e nove) dias. Em razão da referida decisão, foi celebrado o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº. 009/2009, que alterou para 26 de maio de 2040 a data do término da concessão. A ANEEL, por meio do Ofício Circular nº 9/2023-SCT/ANEEL, de 22 de março de 2023, informou sobre a necessidade dos CCT que regulam a exploração das ICG e das IEG serem prorrogados pelo prazo de 399 dias, em cumprimento ao Despacho supracitado.

Transenergia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A prorrogação da vigência dos CCT, já formalizada pela Companhia com os usuários destas instalações, resultou na postergação da data da transferência destes ativos de 01 de julho de 2025 para 04 de agosto de 2026.

Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

Reserva Global de Reversão (RGR) - encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu percentual anual equivale a 2,6% da receita operacional.

Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pela Aneel, no percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) - investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.

A Companhia deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto do Contrato de Concessão, nos termos da Resolução Normativa nº 443/2011, auferindo as correspondentes receitas, tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração estima que o valor histórico de indenização é de R\$40.053, valor este correspondente a estimativa do valor residual contábil do ativo imobilizado conforme demonstrações contábeis regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais. A reversão dos bens da concessão ao Poder Concedente ocorrerá após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

Transenergia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Em 31 de dezembro de 2025, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 06 de fevereiro de 2026.

2.2. Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras o pronunciamento técnico CPC 26 (R1) e a orientação técnica OCPC 7 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração assegura que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transenergia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A seguir, são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

i) Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

ii) Reconhecimento do ativo de contrato

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada, vide nota explicativa 1.2.

iii) Determinação da taxa efetiva de desconto do ativo de contrato

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Mensalmente, com base na inflação medida pelo IPCA e quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. A taxa implícita utilizada pela Companhia é de 7,05% a.a.

Transenergia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras:

a) Receita operacional

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

- Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada por meio de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado pelo regime de competência.

Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- Receita de remuneração ativo de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Transenergia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) **Ativos financeiros**

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Transenergia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment (redução ao valor recuperável de ativos). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Conta corrente bancária”, “Concessionárias e permissionárias” e “Outros créditos”.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendia a conta: “Aplicações financeiras vinculadas” e “Equivalentes de caixa”.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2025, os passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam “Outras contas a pagar”, “Fornecedores”, “Debêntures” e “Dividendos”.

Transenergia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os valores mantidos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

Os equivalentes de caixa estão mensurados ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária, e estão representados por títulos emitidos pelos bancos, sendo eles: Certificado de Crédito Bancário (CDB) modalidade com taxas atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

d) Concessionárias e permissionárias

Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão da Rede Básica (RBL).

e) Ativo de contrato

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens

Transenergia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

f) Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados pelo valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas.

g) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente.

h) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, são calculados com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro tributável anual.

O IRPJ e a CSLL diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais.

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

i) Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment")

A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

Transenergia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

j) Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

k) Debêntures

No reconhecimento inicial, as debêntures são registradas pelo valor justo, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão, tais como taxas, comissões e honorários.

Os custos de transação são apropriados ao resultado ao longo do prazo da dívida, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Após o reconhecimento inicial, as debêntures são mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os encargos financeiros, incluindo juros e atualização monetária, são reconhecidos no resultado do exercício como despesa financeira, de acordo com o regime de competência.

l) Demonstrações dos fluxos de caixa (“DFC”)

A Companhia classifica nas demonstrações de fluxos de caixa os juros pagos como atividade operacional, por entender que os juros pagos não representam custos para obtenção de recursos financeiros.

m) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição a diversos stakeholders durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado.

Transenergia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3.1 Normas e interpretações novas e revisadas

a) Revisadas e vigentes

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Informações Financeiras	Ausência de conversibilidade/permutabilidade	01.01.2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01.01.2025

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao Clima	Requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e clima	Adoção voluntária a partir de 2024 e 01.01.2026 para companhias abertas
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01.01.2026
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	01.01.2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Informações Financeiras Intermediárias	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	01.01.2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	01.01.2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

Transenergia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa	3	3
Contas correntes bancárias	3	4
Aplicações financeiras	33.788	33.734
Total	<u>33.794</u>	<u>33.741</u>

O saldo de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição:

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Remuneração</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Banco Itaú - CDB-DI	CDB	97% CDI	-	1.037
Banco Itaú - Fundos Highgrade	Fundos	101,43% CDI	19.373	13.253
Banco Itaú - Fundos RF DI	Fundos	99,50% CDI	14.415	19.444
Total			<u>33.788</u>	<u>33.734</u>

Os equivalentes de caixa em moeda nacional possuem liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros está divulgada na nota explicativa de nº 19.

5. Aplicações financeiras vinculadas (caixa restrito)

Refere-se a aplicação restrita para garantia dos contratos de debêntures, conforme previsão contratual. As principais informações estão descritas a seguir:

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Remuneração</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Banco Itaú	Fundo TOP REF DI	100,52% CDI	7.566	13.931
Total			<u>7.566</u>	<u>13.931</u>

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros está divulgada na nota explicativa de nº 19.

Transenergia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Concessionárias e permissionárias

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	31/12/2025	31/12/2024
Concessionárias e permissionárias	9.310	8.646
Total	9.310	8.646

A Companhia tem prazo médio de recebimento de 15 a 25 dias após o faturamento.

Valores correntes					31/12/2025	31/12/2024
Corrente a vencer	Corrente vencidas					
Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
R\$8.876	R\$7	R\$244	R\$9	R\$174	R\$9.310	R\$8.646

7. Ativo de contrato

	Saldo ativo de contrato em 31/12/2024	Atualização/re muneração do ativo de contrato	Realização do ativo de contrato	Saldo ativo de contrato em 31/12/2025
Ativo de contrato	278.618	30.322	(65.149)	243.791
Circulante	60.884			45.749
Não circulante	217.734			198.042

	Saldo ativo de contrato em 31/12/2023	Atualização/re muneração do ativo de contrato	Realização do ativo de contrato	Saldo ativo de contrato em 31/12/2024
Ativo de contrato	312.404	30.778	(64.564)	278.618
Circulante	60.726			60.884
Não circulante	251.678			217.734

Transenergia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, as outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus diretores, seus conselheiros e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As transações com partes relacionadas ocorridas nos períodos reportados e seus efeitos estão descritos a seguir:

a) Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a remuneração dos administradores, totalizou R\$1.053 (R\$982 em 2024), sendo registrada como despesas administrativas no resultado.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Remuneração	784	745
Encargos e benefícios	269	237
Total	1.053	982

b) Dividendos a pagar

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Gebbras Participações Ltda	2.238	1.821
Centrais Elétricas Brasileira S.A. – Eletrobras (Axia Energia)	2.151	1.749
Total	4.389	3.570

9. Debêntures

A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples em 05 de julho de 2021, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real, atualizadas monetariamente pelo IPCA, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da instrução CVM 476, no montante de R\$123.000.

Com amortização e pagamento de juros semestrais, sendo o primeiro vencimento em 15 de dezembro de 2021 e o último em 15 de junho de 2033.

Os recursos obtidos pela Companhia com a oferta restrita foram destinados (i) ao pré-pagamento do Contrato de Financiamento junto ao BNDES, (ii) à redução do capital social da Companhia, nos termos aprovados pela ANEEL por meio do Despacho ANEEL nº 3.664 de 23 de dezembro de 2020, e da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 8 de março de 2021; e (iii) à distribuição de dividendos aos Acionistas.

Transenergia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

a) Composição

	<u>Taxa anual de juros</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Debêntures - 1ª emissão	IPCA + 6,0405% a.a.	67.543	79.100
Circulante		10.301	19.543
Não circulante		57.242	59.557

Segregação por ano de vencimento

	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>2029</u>	<u>Demais anos</u>	<u>Total</u>
Debêntures - 1ª emissão	11.907	12.180	12.740	30.716	67.543
Saldo em 31 de dezembro de 2023					<u>95.197</u>
Provisão de juros					6.172
Variação monetária					4.047
Apropriação custos de transação					280
(-) Pagamento de principal					(20.892)
(-) Pagamento de juros					(5.704)
Saldo em 31 de dezembro de 2024					<u>79.100</u>
Provisão de juros					4.806
Variação monetária					3.256
Apropriação custos de transação					280
(-) Pagamento de principal					(15.228)
(-) Pagamento de juros					(4.671)
Saldo em 31 de dezembro de 2025					<u>67.543</u>

b) Garantias

A Companhia, por meio do “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças”, cedeu e transferiu fiduciariamente, em garantia aos Debenturistas, a totalidade dos direitos creditórios de que é titular, emergentes do Contrato de Concessão nº 009/2009 - ANEEL, firmado com a União, representada pela ANEEL, e do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão CPST nº 013/2009 firmado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. As intervenientes Gebbras e Eletrobras alienaram e transferiram fiduciariamente em garantia aos Debenturistas, representados pelo agente fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, a partir da assinatura do referido instrumento e até a liquidação de todas as obrigações assumidas, a totalidade das ações de emissão da Companhia de sua titularidade.

Transenergia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Covenants

A escritura de debêntures contém cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento, a manutenção de conta reserva de repasse em conformidade com o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) apurado, a distribuição de dividendos, cessão de créditos, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais, se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos debenturistas. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos debenturistas, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. A escritura ainda prevê o cumprimento de obrigações (*covenants*) não financeiros que se relacionam principalmente a questões sociais e ambientais.

De acordo com as cláusulas contratuais, o ICSD é de, no mínimo, 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), cuja medição é realizada anualmente com base nas demonstrações financeiras regulatórias. Caso o ICSD mínimo fique no intervalo de 1,10 (um inteiro e dez centésimos), inclusive, e 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), exclusive, a Companhia poderá curar o inadimplemento mediante depósito em conta vinculada, do valor necessário ao atingimento do ICSD mínimo, o qual deverá ser efetuado anteriormente à apresentação do cálculo anual do ICSD mínimo, de forma que sejam considerados em seu cálculo os valores depositados na conta de complementação do ICSD.

A Companhia possui controles de acompanhamento e apuração anual dos *covenants* nas demonstrações contábeis regulatórias, e não foram identificados descumprimentos de *covenants* para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

10. Outras contas a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	1.525	1.287
Reserva global de reversão - RGR	218	217
Taxa de fiscalização - TFSEE	1.415	1.351
Antecipação Aviso de crédito de clientes	930	969
Outros	1.472	1.480
Total	5.560	5.304

11. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia provisionou o montante de R\$118 (R\$963 em 31 de dezembro de 2024), referente à processos com prognóstico de perda provável, que são compostos por processos de indenização por instituição de servidão de passagem.

Transenergia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia também possui processos com prognóstico de perda possível, no montante de R\$26.266 (R\$31.871 em 31 de dezembro de 2024), compostos basicamente de (i) mandado de segurança para afastar a eventual exigência por parte da Receita Federal da apuração do lucro presumido aplicando-se os percentuais do caput dos artigos 15 e 20 da Lei nº 9.249/95 no montante de R\$20.905 (Valor atualizado e com multa de 75%); (ii) processos de indenização por instituição de servidão de passagem no montante de R\$5.354 e (iii) processo de reclamação trabalhista no montante de R\$7. Por se tratar de processos com prognóstico de perda possível, nenhuma provisão contábil foi efetuada.

12. Tributos diferidos

Natureza	31/12/2025	31/12/2024
PIS diferido	777	1.704
COFINS diferido	3.580	7.866
Tributos indiretos diferidos (*)	1.991	-
IRPJ diferido	5.768	10.928
CSLL diferido	3.118	4.976
Total	15.234	25.474

(*) Devido as alterações definidas pela Reforma Tributária, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025, que determina que a partir de 01 de janeiro de 2027, o PIS e a COFINS serão extintos e substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a Companhia classifica o saldo diferido de longo prazo como tributos indiretos diferidos mantendo o tratamento atual deste saldo, até que a legislação defina a alíquota efetiva do CBS (ainda não determinada) para que a Companhia reflita os devidos ajustes, ressaltando que tal alteração traz impactos no gross up da receita regulatória, e conseqüentemente, no fluxo de recebimento do ativo de contrato.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital subscrito e integralizado é de R\$158.600, representado por 220.600.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Acionistas	31/12/2025 e 31/12/2024		
	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor
Gebbras Participações Ltda.	112.506.000	51	80.886
Centrais Elétricas S.A. – Eletrobras (Axia Energia)	108.094.000	49	77.714
Total	220.600.000	100	158.600

Transenergia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

a) Reserva de lucros

As reservas de lucros são compostas por reserva legal e reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro do exercício e é limitada a 20% do capital social, conforme legislação societária e definição do estatuto social da Companhia. A reserva de retenção de lucros é deliberada anualmente em Assembleia Geral Ordinária - AGO.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	18.482	15.032
Reserva legal (5%)	<u>(924)</u>	<u>(752)</u>
Lucro líquido do exercício ajustado	<u>17.558</u>	<u>14.280</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	4.389	3.570
Reserva de retenção de lucros	13.169	10.710

A movimentação das reservas de lucros está demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2024	<u>60.134</u>
Distribuição de dividendos adicionais	(31.430)
Constituição reserva de lucros	14.093
Em 31 de dezembro de 2025	<u>42.797</u>

b) Dividendos

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76.

A movimentação dos dividendos está demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2024	<u>3.570</u>
Pagamento de dividendos	(35.000)
Dividendos adicionais	31.430
Dividendos mínimos obrigatórios	4.389
Em 31 de dezembro de 2025	<u>4.389</u>

Transenergia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita de remuneração ativo de contrato	30.322	30.778
Receita de operação e manutenção	26.485	24.915
Receita operacional bruta	56.807	55.693
(-) PIS e COFINS	(5.256)	(5.152)
(-) Encargos regulatórios	(5.146)	(4.614)
Receita operacional líquida	46.405	45.927

15. Custo de operação e manutenção

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pessoal	(505)	(428)
Material	(428)	(773)
Serviços de terceiros	(12.069)	(11.585)
Arrendamentos e aluguéis	(297)	(282)
Seguros	(148)	(159)
Provisão para contingências	(599)	(963)
Recuperação de custos	661	170
Outros custos de operação e manutenção	(527)	(776)
Total	(13.912)	(14.796)

16. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pessoal	(351)	(241)
Administradores	(1.053)	(982)
Material	(9)	(8)
Serviços de terceiros	(879)	(834)
Arrendamentos e aluguéis	(73)	(71)
Seguros	(13)	(12)
Tributos	(1)	(6)
Depreciação	(38)	(37)
Outras despesas administrativas	(94)	(151)
Total	(2.511)	(2.342)

Transenergia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	6.874	4.860
Outras receitas financeiras	47	139
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(322)	(232)
	6.599	4.767
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(4.806)	(6.172)
Variação monetária sobre debêntures	(3.256)	(4.047)
Custo de transação debêntures	(280)	(280)
Outras despesas financeiras	(272)	(318)
	(8.614)	(10.817)
Total do resultado financeiro	(2.015)	(6.050)

18. Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação da alíquota efetiva	31/12/2025	31/12/2024
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	27.967	22.739
Alíquota nominal	34,00%	34,00%
Expectativa de IRPJ e CSLL de acordo com as alíquotas vigentes	(9.509)	(7.731)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro	24	24
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	7.018	5.910
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	(16.503)	(13.617)
Alíquota efetiva	33,91%	33,89%
Total de IRPJ e CSLL	(9.485)	(7.707)

19. Instrumentos financeiros

a) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

	Classificação de acordo com o CPC 48	Nível	31/12/2025 Valor contábil / Valor justo	31/12/2024 Valor contábil / Valor justo
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	Valor justo por meio do resultado	2	33.788	33.734
Aplicações financeiras vinculadas (caixa restrito)	Valor justo por meio do resultado	2	7.566	13.931
Contas correntes bancárias	Custo amortizado		6	4
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado		9.310	8.646
Outros créditos	Custo amortizado		1.733	810
			52.403	57.125

Transenergia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros			
Debêntures	Custo amortizado	67.543	79.100
Fornecedores	Custo amortizado	426	1.770
Dividendos a pagar	Custo amortizado	4.389	3.570
Outras contas a pagar	Custo amortizado	5.560	5.304
		77.918	89.744

b) Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, registrados ao valor justo por meio de resultado, são classificados como nível 2. Para determinação do valor, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

c) Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

i) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Em relação ao Ativo de contrato, a Companhia possui o direito contratual de receber um ativo financeiro e, historicamente, não possui títulos vencidos relevantes. Além disso, os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Transenergia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

A abordagem na administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade.

iii) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de juros e os preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Riscos relacionados às aplicações financeiras

A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos e a maior parte destes é alocada em Fundos de Investimentos de Renda Fixa e Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui aplicações de caráter especulativo tampouco outros ativos de risco.

Riscos relacionados à taxa de juros

Na Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros.

d) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas de juros prefixadas e atreladas à variação do CDI e da IPCA.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (debêntures e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2025, averiguando-se o impacto nas receitas e despesas financeiras, para o caso da variável de risco CDI e IPCA. O Cenário I corresponde às taxas de juros divulgadas pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e uma redução de 25% e 50% nas variáveis de risco.

Transenergia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Premissas para a análise de sensibilidade

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário I provável	Cenário II Queda de 25%	Cenário III Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI		14,32%	10,74%	7,16%
Aplicações financeiras		41.354	5.922	4.441	2.961
Impacto no resultado			-	(1.480)	(2.961)

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário I provável	Cenário II Aumento de 25%	Cenário III Aumento de 50%
IPCA (%)	Aumento do IPCA		4,26%	5,33%	6,39%
Debêntures		67.543	2.877	3.597	4.316
Impacto no resultado			-	(719)	(1.439)

20. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2025 é como segue:

	Valor Segurado	Vigência
Administradores/Seguro D&O (*)	28.950	01/03/2025 a 01/03/2026
Risco operacional	39.325	07/09/2025 a 07/09/2026
Responsabilidade civil geral	20.000	07/09/2025 a 07/03/2027

(*) Apólice unificada com outras Companhias que possuem o mesmo controlador.

As premissas de risco adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes.

21. Questões ambientais

As condicionantes definidas na Licença de Operação - LO expedida pela Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos - SECIMA do Estado de Goiás e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA estão sendo regularmente cumpridas pela Companhia.

Transenergia Renovável S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2026.

Gersino Saragosa Guerra
Diretor Presidente

Antônio Costa e Costa
Diretor Técnico

Leandro Borges Jordão
Contador
CRC GO-022059/O